

ANAIS DO  
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

**A CIDADE E A HISTÓRIA**

VOLUME II

LVI  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1974

A SUPRESSÃO DAS FEIRAS LIVRES EM  
ARARAQUARA E CONSEQUENTE  
ALTERAÇÃO DE ASPECTOS DA  
“PAISAGEM COMERCIAL” (\*).

---

MIVALDO MESSIAS FERRARI  
RODOLPHO TELLAROLI

da Faculdade de Serviço Social de Araraquara e do  
Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de  
São Paulo.

(Resumo.)

Araraquara está localizada no planalto ocidental paulista e teve origem na freguesia criada em 1817. Inicialmente as atividades econômicas se restringiam a fazendas de criação e lavoura de subsistência. Posteriormente, como em toda a criação, o café passaria a ser a atividade predominante. Com a decadência do café, já no século XX, as atividades principais passaram a ser a lavoura canavieira e a citricultura.

Pe'os censos de 1950, 1960 e 1970, a população contava respectivamente com 62.688 hab., 82.898 hab., 102.381 hab. Dista a sede do município, cerca de 300 quilômetros da capital do Estado, com a qual se liga por ferrovia e rodovia asfaltada.

O abastecimento de legumes, frutas e verduras à cidade até 1959, era feito através de uma feira diária ao ar livre, com funcionamento das primeiras horas da manhã às 11,00 horas, exclusive às segundas-feiras, alternando-se, em dois, para melhor servir à população, os locais: terças-feiras, quintas-feiras e sábados, no Largo de Santa Cruz e quartas-feiras, sextas-feiras e domingos, na Praça Pedro de Toledo, ambos, pontos centrais. Os feirantes tinham espaços, para instalação de suas bancas, demarcados no chão e pagavam, para sua ativi-

---

(\*) — Comunicação apresentada na 4.<sup>a</sup> sessão de estudos, Equipe A, no dia 4 de setembro de 1973 (Nota da Redação).

dade, imposto de licença para ambulante. A maioria servia-se de carroças para o transporte de sua mercadoria e instalações, que eram desmontadas por volta de 11 horas, quando a mercadoria restante era vendida pelos bairros. conduzidas nas carroças, geralmente a preços mais acessíveis já que se tratava de qualidade prejudicada pelo processo de escolha dos consumidores, desde as primeiras horas da manhã. A grande maioria das bancas oferecia frutas, legumes e verduras, de produção do próprio feirante, na maior parte chacareiros e sítios localizados na zona rural periférica à sede do município. Alguns produtos não provenientes da região, eram adquiridos por atacadistas. Ao lado dos chamados “verdureiros”, instalavam-se algumas bancas de cerealistas, que acabaram se transformando, com o correr dos anos, em verdadeiros “secos e molhados”, ou seja, em “empórios” que forneciam gêneros de primeira necessidade.

Em maio de 1959, foi inaugurado o Mercado Municipal, obra que estivera paralizada por mais de dez anos, em face da carência de recursos do erário público. As bancas e boxes foram vendidos aos investidores interessados. Por parte dos feirantes, em sua maioria, houve grande resistência, explicada pelo fato de terem que investir soma considerável, quando antes o espaço em praça pública nada lhes custava.

O nosso interesse pelo presente trabalho foi despertado pela observação, a princípio contraditória, de que, paralelamente ao início das atividades do mercado, ocorreu uma exagerada multiplicação do número de quitandas.

Com a instalação do mercado, de imediato sentiu-se a elevação dos preços dos gêneros antes comercializados nas feiras livres. A justificativa dos feirantes, agora instalados em recinto fechado, foi óbvia: a imobilização do capital, exigida pela nova situação, gerara a necessidade de revisão dos preços, já que foi soicitada uma inversão antes inexistente: aquisição de box ou banca ou pagamento de aluguel.

Por outro lado, sob a pressão dos feirantes, que não puderam ou não quiseram instalar-se no mercado e de uma considerável parcela da população, descontente com a legislação e a fixação do novo centro de abastecimento (o mercado), que teria desfavorecido o consumidor dos bairros mais próximos dos largos de Santa Cruz e Praça Pedro de Toledo, a legislação municipal permitiu o funcionamento de feiras livres em diferentes bairros da cidade. Assim, o Decreto n.º 1868, de 8/5/1959, do Poder Executivo Municipal (Processo 289/53 — fls. 47), abolia as feiras livres da Praça Pedro de Toledo e do Largo de Santa Cruz e ao mesmo tempo autorizava o funcionamento

de feiras em praças nos três bairros mais importantes: São Geraldo, Carmo e Vila Xavier.

Inconformados com a abolição das feiras nas duas praças centrais, setenta feirantes, que não se instalaram no mercado, dirigiam a 25 de maio de 1959 (o mercado fora inaugurado no início do mês), a seguinte petição ao chefe do executivo, na tentativa de retorno, em dois dias semanais, a uma das praças centrais: (requerimento transcrito do processo 289/53 — fls. 50/52).

“Excelentíssimo Prefeito Municipal de Araraquara.

Nós, abaixo assinados, feirantes e produtores lavradores, nesta cidade, vimos pelo presente expor e solicitar de V. Excia. o seguinte:

1). — que por recente decreto de V. Excia. as feiras nesta cidade ficaram reduzidas somente em número de três.

2). — Que a localização das mesmas ficou sendo o Bairro do Carmo, Praça das Bandeiras e Largo de Santo Antônio.

3). — Que principalmente por serem nos bairros e também devido ao número reduzido das mesmas, essas não satisfazem mais as necessidades do comércio.

4). — Que devido ao cultivo das hortaliças e outros serviços atinentes ao ramo, estamos impossibilitados de permanecer o dia todo no mercado.

5). — Que não podendo permanecer o dia todo no mercado o arrendamento de uma banca se tornaria deficitário.

6). — Que além do trânsito, outros inconvenientes existem para a realização das feiras no Largo de Nossa Senhora do Carmo, conforme já alegou o pároco daquela Igreja.

7). — Que as feiras, para uma boa higiene, precisam ser realizadas em locais calçados.

Diante do exposto solicitamos que as feiras sejam realizadas nos dias e locais seguintes:

Terça e Sábado — Praça das Bandeiras.

Quinta — Largo de Santo Antônio.

Quarta e Domingo — Praça Pedro de Toledo”.

A Prefeitura, seriamente empenhada em prestigiar o sucesso das atividades do mercado, não acede ao pedido dos feirantes, tão somente autorizando, pelo Decreto n.º 1898, de 8/9/59 (Processo 289/53 — fls. 58), o funcionamento de feiras livres nos Largos do Carmo, na Vila do Carmo e no Largo de São Benedito, na Vila Xavier.

Todavia, logo às primeiras tentativas de instalação de feiras livres nos bairros, a iniciativa frustrava-se pela inexistência de um nú-

mero de feirantes que possibilitasse a concentração indispensável à sobrevivência das atividades.

Disso nos dá testemunho o ofício n.º 695/60, de 10 de setembro de 1960 (Processo 289/53 — fls. 64), dirigido pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores:

“No entanto, embora em vigor o aludido decreto, não houve interesse para o funcionamento de feira livre naqueles locais ou em outros por parte de horticultores do município”.

Como decorrência da instalação do Mercado, localizado na zona central da cidade, mas alterando a comodidade de parte da população com a abolição das tradicionais feiras livres em dois locais centrais e com a elevação nos preços dos gêneros, multiplicar-se-iam as quitandas para venda de frutas, legumes e verduras. Acresce, ainda, que no mercado o grau de intensidade da concorrência de preços se reduzia já que abria suas portas numa mesma hora, às 6,00 horas, ao passo que nas feiras livres o horário estabelecido pela Lei Municipal n.º 244, de 6/3/1953, que fixava o início do funcionamento às 6,00 horas, nunca foi cumprido, pois, as possibilidades de boas vendas eram sempre maiores aos que chegassem primeiro. Por outro lado, a competição ficava ainda estimulada nas feiras, em função do curto espaço de seu funcionamento (até às 11,00 horas), ao passo que o mercado funcionava durante todo o horário comercial e pelo fato de, se vendida toda a mercadoria, o feirante não tinha necessidade de percorrer os bairros para oferecer as sobras.

Os números seguintes, deixam bastante clara a alteração ocorrida na “paisagem comercial” da cidade, como consequência da supressão das feiras livres: em relação ao ano de 1953 o número total do lançamento do imposto de indústrias e profissões apresenta em 1963 um aumento da ordem de 47%. Entre as duas datas o número de quitandas se elevou de onze para cinquenta e seis, o que representa um aumento de cerca de 400%.

Bastante sugestivos são os dados seguintes: em 1958, ano imediatamente anterior à inauguração do mercado, o número de quitandas era catorze; já em 1960, o número chegava a vinte e cinco, representando um aumento percentual de 78,5%.

A indicação n.º 75/64, abaixo transcrita, apresentada por um vereador em sessão ordinária de 23/3/1964 (Processo n.º 289/53) é bem elucidativa.

“Considerando que é dever do poder público promover a concorrência, para propiciar o barateamento das utilidades;

Considerando que o funcionamento de feiras-livres nos bairros traria grandes benefícios à população que, pelas distâncias que a separam do mercado municipal é obrigada a adquirir, especialmente, gêneros de primeira necessidade nos armazens mais próximos, bem como, legumes, hortaliças e frutas, nas *quitandas*;

considerando que com a extinção das feiras-livres, *grande número de quitandas* apareceram na cidade, especialmente nos bairros;

considerando que as donas de casa, pela premência de tempo, servem-se dessas *quitandas* ou armazens próximos às suas residências, para adquirirem gêneros alimentícios, sujeitam-se aos preços que lhes são impostos, com grandes prejuízos em seus orçamentos econômicos,

INDICO À MESA, satisfeitas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando-lhe proceder estudos para a instalação de feiras livres nos diversos bairros da cidade, encaminho a V. Excia, o projeto de decreto de regulamentação, anexo, para que, dentro do menor tempo possível, ponha-o em execução.”

Em relação aos lançamentos do imposto de Indústrias e Profissões do ano de 1963, os livros de lançamentos do imposto sobre licença para funcionamento de estabelecimentos em 1973 apresenta uma elevação de 80,5% e o número de *quitandas* se eleva de cinquenta e seis para oitenta, o que representa um aumento de 42% .

É necessário considerar que o número total de lançamento do imposto de licença para atividades de 1973, é sobremaneira engrossado por contribuintes interessados em filiar-se aos benefícios previdenciários, facilidade proporcionada pela legislação de uns tempos a esta parte e que, numericamente, deixam uma falsa impressão de crescimento. Assim, nos róis do imposto de licença, encontramos em 1973, cento e cinquenta e cinco costureiras autônomas, contra nenhuma em 1963. Constata-se facilmente que mais de 80% dessas costureiras não exercem efetivamente a profissão e sua inscrição na Prefeitura é formalidade que funciona como instrumento que lhes assegura o amparo dos benefícios da previdência social. O mesmo ocorre com outras categorias de serviços.

Conforme pudemos verificar, pelo confronto entre os comprovantes de recolhimento do Imposto de Ambulante dos antigos feiran-

tes do Largo de Santa Cruz e Praça Pedro de Toledo e os Alvarás para abertura de Estabelecimentos, inúmeros quitandeiros após 1959, eram feirantes que deixaram de se estabelecer no mercado, percebendo a melhor perspectiva de instalar-se em bairros. Em decorrência da proliferação e concorrência das quitandas, ainda antes de encerrar-se o ano de 1959, os comerciantes instalados no mercado, dirigiam uma petição a administração municipal na qual solicitavam a proibição de instalação de quitandas, a pretexto de que ao mercado cumpria a função abastecedora que não deveria sofrer óbices, pretensão que obviamente esbarraria no dispositivo constitucional da liberdade de iniciativa. A própria Prefeitura, a fim de estimular, senão forçar, o movimento comercial do mercado, deslocaria uma repartição, a mais concorrida, para as dependências do mercado: a recebedoria da taxa mensal do consumo de água. A par dessa medida o poder público municipal tomou a iniciativa de conceder isenção de impostos predia' e sobre atividades para os proprietários e comerciantes.

São decorridos catorze anos da supressão das feiras livres em Araraquara. No decurso desses anos o mercado municipal, que veio substituí-las como fruto do progresso da cidade, foi aos poucos cedendo esraços originariamente destinados a frutas, verduras e legumes, a outros gêneros, principalmente a secos e molhados e calçados, não conseguindo, portanto, cumprir os objetivos que lhe deram origem. O complexo comercial da cidade teve sua fisionomia alterada pela presença de grande número de quitandas, pequenos estabelecimentos, com precárias instalações, distribuídos pelos quatro cantos da zona urbana, que hoje cumprem as funções das feiras-livres, que o mercado não conseguiu substituir.

Ao final, formulamos as seguintes conclusões:

1.º). — O fator localização do mercado não nos parece revestido da importância que se lhe atribuiu na ocasião; é insuficiente para justificar a sua marginalização, já que, localizado em ponto central da cidade, dista apenas 600 metros de ambas as praças onde tradicionalmente as feiras se realizavam.

2.º). — Mais relevante foi o rompimento da tradição, já que as feiras nas duas praças centrais da cidade, tinham vinculações consideráveis com o próprio modo de vida da população. O seu desaparecimento geraria uma atitude de rejeição a qualquer iniciativa do poder público que tivesse a finalidade de substituí-las.

3.º). — A elevação dos preços dos gêneros no mercado, em relação as feiras-livres, como decorrência da compensação pelo inves-

timento feito, contribuiu para a marginalização do mercado, ao mesmo tempo que favoreceu a multiplicação das quitandas.

4.º). — À medida que o mercado se margina'iza, em relação às possibilidades de substituir as feiras livres, e em face das quitandas que se instalam pela cidade, passa a absorver outros ramos de atividade, comportamento que, por seu turno, gera uma marginalização cada vez maior.